

## Condsef levará ao MGI resposta de assembleias sobre proposta do governo na próxima semana



Entidades filiadas à Condsef/Fenadsef realizaram assembleias em todo o Brasil para que servidores do PGPE, PST, PECs, ATA, Incra e MDA analisassem proposta do governo apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em mesas específicas de negociação que aconteceram na semana passada, em Brasília. A resposta do resultado dessas assembleias será entregue pela Condsef/Fenadsef ao MGI na próxima semana.

A proposta que está sendo apresentada a todas as carreiras a partir de agora é a mesma, inclusive apresentada aos servidores da educação, categoria em greve desde o mês passado: reajuste para os servidores de nível intermediário e superior de 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026. Já os servidores de nível auxiliar receberiam apenas 9%, divididos em duas parcelas de 4,5% para janeiro/2025 e maio/2026. As propostas se estendem aos servidores aposentados e aos pensionistas. Por isso, a Condsef/Fenadsef reforça que a unidade entre ativos, aposentados e pensionistas será fundamental durante o processo de negociações das mesas temporárias e específicas.

Essa semana o presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, disseram que uma nova proposta seria feita aos setores que seguem em greve.

### Proposta 'control c control v'

Além de continuar apontando reajuste zero para este ano, a principal crítica dos servidores tem sido a padronização das propostas feitas nas mesas setoriais. Na reunião do Incra e MDA a proposta foi exatamente a mesma apresentada ao PGPE, PST, PECs e ATA e que já havia sido apresentada aos servidores da educação, em greve deste o mês passado. "Não é possível que o governo tenha apenas uma proposta 'control c control v' para nos apresentar. O que os servidores esperam e vão cobrar é uma negociação efetiva que envolva de fato a reestruturação das carreiras do Executivo", reforçou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

O calendário de reuniões das mesas específicas confirmadas pelo MGI continua na próxima semana. Na terça-feira, dia 14, devem ser instaladas as mesas do Dnit e da carreira de Ciência e Tecnologia. Na quinta, 16, está prevista instalação da mesa do FNDE e Inep. No dia 21 está pre-

vista uma nova reunião da mesa da PST. Já servidores do Dnocs têm previsão de instalação de sua mesa específica no dia 29.

A Condsef/Fenadsef destaca que esse cenário de propostas padronizadas é totalmente incompatível com os compromissos que o próprio governo Lula assumiu ainda durante campanha presidencial. "Vamos entrar em campo e cobrar do governo o caminho que ele próprio escolheu. Esperamos e vamos seguir trabalhando e cobrando os avanços dessa próxima etapa que garantam acordos de reestruturação das carreiras incluindo ativos, aposentados e pensionistas", afirmou o secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva, em entrevista recente ao JOTA.

### 22/05: Servidores federais, estaduais e municipais na Marcha da Classe Trabalhadora

No dia 22 desse mês a Condsef/Fenadsef e suas filiadas participarão de uma grande marcha da Classe Trabalhadora convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que vai reunir em Brasília trabalhadores de diversos setores, incluindo servidores federais, estaduais e municipais.

Todas as bandeiras de luta do funcionalismo público brasileiro vão reforçar a necessidade de questionar os rumos da política econômica do governo federal, reafirmando que a luta é pelo povo no orçamento! "Até aqui, a política de austeridade adotada pelo novo arcabouço fiscal e pela absurda meta de "déficit zero" tem fechado o orçamento federal para a recomposição dos salários dos servidores de forma isonômica", reforça nota da Condsef/Fenadsef para o 1º de Maio.

Fonte: Condsef



## O SUS e o sistema de imunização: modelos eficientes e que salvam

**Antonio Rafael da Silva e Eloisa da Graça do Rosário Gonçalves - Médicos e profs. Emérito e Associada da UFMA**

O Sistema Único de Saúde (SUS) deu prosseguimento à Reforma Sanitária Brasileira, movimento político-social ocorrido nas décadas de 1970 e 80, e a sua criação ensejou um conjunto permanente de boas ações. Aqui, vamos citar algumas delas e o Programa Nacional de Imunização (PNI).

Entre março e setembro de 2023, publicamos artigos, em jornais locais, sobre o tema e afirmamos que esse milagre brasileiro, dentre outras coisas, depende do compromisso dos seus servidores, da qualidade do atendimento aos pacientes e da responsabilidade das políticas públicas do Estado Brasileiro.

Em “Pacto em Defesa do SUS” fizemos menção à uma publicação da professora Márcia Castro, da Escola de Saúde Pública de Harvard (EUA), que trouxe em “O SUS é de todos e todos usam o SUS”, boa parte das atribuições do sistema, das menos complexas, como o ativo SAMU, ao vigilante e cuidadoso programa de TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS (que fez do Brasil o país com o maior programa público do mundo).

Finalizamos tal artigo chamando a atenção para a importância da imunização, afirmando que “caso existisse a vacina para a Covid-19, doença que surpreendeu o mundo pela sua magnitude e gravidade, o Brasil não teria tido mais de 38 milhões de casos e 700 mil mortos\*, além

das complicações provocadas pelo vírus - e não pela vacina, como erroneamente afirmaram alguns incautos ao propalarem notícias negacionistas”.

Primórdios - O início da vacinação remonta a 1796, quando o médico inglês Edward Jenner observou que as pessoas que ordenhavam vacas com varíola bovina não contraíam varíola humana. Na primeira imunização documentada, Jenner utilizou o vírus da varíola bovina, tornando-se o precursor científico da imunização ativa. No Brasil, a primeira vacina foi importada da Inglaterra em 1804 pelo Marquês de Barbacena, em meio à ocorrência de surtos de varíola no Rio de Janeiro que se repetiam de tempos em tempos desde o período colonial.

A partir de então, diferentes tecnologias vêm sendo empregadas na produção das vacinas, como o uso de micro-organismos (inteiros atenuados ou inativados), subunidades proteicas, proteínas recombinantes e inserção de material genético em outro microrganismo (vetor vacinal), uso de RNA mensageiro sintético. Nesse processo, cientistas se sobressaíram, como Hilary Koprowski, Jonas Salk e Albert Sabin, desenvolvedores das vacinas da poliomielite; Katalin Karikó e Drew Weissman ( ganhadores do prêmio Nobel em 2023), cujas pesquisas permitiram o rápido desenvolvimento das vacinas para a prevenção da COVID-19.

Já em 1900 foi criado o Instituto Soroterápico, no Rio de Janeiro - que daria origem à Fundação Oswaldo Cruz, e em 1904, o Instituto Butantan em São Paulo, duas instituições que se tornaram

referência no estudo e produção de vacinas no país.

Mas nem sempre as campanhas de vacinação foram tranquilas. Desde a sua origem houve posturas distintas e conflituosas. Um exemplo foi a “Revolta da Vacina”, movimento contra a campanha comandada por Oswaldo Cruz em novembro de 1904, enquanto a varíola ocorria, mais uma vez, na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 1973 foi criado no Brasil o Plano Nacional de Imunização (PNI), reconhecido e respeitado em todo o mundo. Atualmente, mais de 20 vacinas integram o PNI, atendendo às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Taxas de cobertura vacinal de 95% das populações-alvo foram atingidas nas décadas seguintes, resultando no controle efetivo de doenças como difteria, sarampo, rubéola, caxumba, febre amarela urbana e hepatite B. A varíola e a poliomielite, inclusive, estão erradicadas de nosso país.

Chama-se a atenção, porém, para a diminuição das taxas de cobertura vacinal que chegaram, em anos mais recentes, a percentuais entre 50% a 70%, submetendo o Brasil ao risco de retorno de doenças já eliminadas. Perdemos em 2019, por exemplo, o certificado de país livre do sarampo. Dados mostram o registro de 40 mil casos entre 2018 e 2021.

O texto pode ser lido na íntegra no site do Sindsep/MA – [sindsep.org.br](http://sindsep.org.br).